



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Recurso nº. : 123.178  
Matéria : IRF - Ano(s): 1994  
Recorrente : L. M. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.  
Recorrida : DRJ em RIBEIRÃO PRETO-SP  
Sessão de : 22 de março de 2001  
Acórdão nº. : 104-17.928

**IRF - ENTREGA - EXTEMPORÂNEA DA DIRF** - É cabível a aplicação da multa por atraso na entrega da DIRF fora do prazo fixado, ainda que o Contribuinte o faça espontaneamente, vez que não se caracteriza a denúncia espontânea de que trata o artigo 138 do Código Tributário Nacional, em relação ao descumprimento de obrigações acessórias.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por  
**L. M. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.**

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Conselheiros José Pereira do Nascimento, João Luís de Souza Pereira (Relator), Vera Cecília Mattos Vieira de Moraes e Remis Almeida Estol. Designada para redigir o voto vencedor a Conselheira Maria Clélia Pereira de Andrade.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO

PRESIDENTE

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE  
REDATORA-DESIGNADA

FORMALIZADO EM: 22 JUN 2001



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Acórdão nº. : 104-17.928

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, SÉRGIO MURILO MARELLO (Suplente convocado). Ausente, justificadamente, o Conselheiro ROBERTO WILLIAM GONÇALVES.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Acórdão nº. : 104-17.928  
Recurso nº. : 123.178  
Recorrente : L. M. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.

### R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso voluntário apresentado face à decisão monocrática que manteve o lançamento da multa por atraso na entrega da declaração do imposto de renda na fonte - DIRF relativa ao exercício 1994, ano-calendário 1993, conforme notificação de lançamento de fls. 06.

Através da impugnação de fls. 01/04 o sujeito passivo requer a improcedência do lançamento, vez que apresentou a declaração espontaneamente, razão pela qual requer a aplicação do instituto da denúncia espontânea, previsto no art. 138 do Código Tributário Nacional.

Às fls. 34/37 a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto/SP manteve a exigência, através de decisão que recebeu a seguinte ementa:

"DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDIMENTOS - ENTREGA - ATRASO -MULTA.

A apresentação espontânea e intempestiva de declaração de rendimentos do DIRF dá ensejo à aplicação de penalidade."

Irresignado, o sujeito passivo apresenta o recurso voluntário de fls. 44/49, através do qual basicamente ratifica os termos de sua impugnação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Acórdão nº. : 104-17.928

Processado regularmente em primeira instância, o recurso é remetido a este  
Colegiado.

É o Relatório.





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Acórdão nº. : 104-17.928

**VOTO VENCIDO**

Conselheiro JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA, Relator

Conheço do recurso, vez que é tempestivo e com o atendimento de seus pressupostos de admissibilidade.

A matéria em exame refere-se à correta aplicação da multa por atraso na entrega da DIRF no exercício de 1994.

Como é sabido, as relações entre os sujeitos da obrigação tributária não se restringem ao pagamento do tributo. Além disso, o sujeito passivo está obrigado às prestações positivas e/ou negativas no interesse da administração tributária.

Surgem, pois, as obrigações acessórias, na forma descrita no art. 113, § 2º do CTN, nas quais se inclui a apresentação da Declaração de Ajuste Anual.

É claro que a fixação de prazo para a entrega da DIRF possui uma razão de ser, sob pena do esvaziamento total desta obrigação acessória, que constitui verdadeira prestação positiva no interesse da Administração.

Contudo, não se pode afastar a possibilidade do cumprimento da obrigação na forma prevista no art. 138 do Código Tributário Nacional, que assim dispõe:



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Acórdão nº. : 104-17.928

*Art. 138 - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.*

Como se vê, o próprio instituto da denúncia espontânea admite o cumprimento a posteriori de obrigações da qual não decorra, necessariamente, o pagamento de tributos.

Nesta ordem de idéias, não há como prevalecer a imposição da multa pelo simples não atendimento do prazo previsto, sem possibilitar o cumprimento da obrigação antes de iniciado qualquer procedimento administrativo.

Ora, se o contribuinte possui prazo certo para a entrega da declaração de ajuste, a Administração também deve identificar se o sujeito passivo cumpriu a obrigação e caso negativo, deve intimá-lo a fazê-lo. Se antes disso é suprida a falha, não cabe a aplicação da multa.

Ademais, se o sujeito passivo é intimado para o cumprimento da obrigação principal, o mesmo deve ocorrer em relação à obrigação acessória. Em qualquer caso, se verificado o cumprimento da obrigação antes da intimação, descabe a aplicação da multa.

Face ao exposto, DOU provimento ao recurso, para o fim de afastar a exigência da multa por atraso na entrega da DIRF.

Sala das Sessões - DF, em 22 de março de 2001

JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Acórdão nº. : 104-17.928

VOTO VENCEDOR

Conselheira MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, Redatora-Designada

Conheço do recurso, por atender aos requisitos de admissibilidade.

Em que pese a admiração e respeito aos argumentos elencados pelo ilustre Relator, peço vênia para discordar, vez que há longo tempo mantenho entendimento diverso, senão, vejamos:

a matéria do litígio prende-se a exigibilidade da multa face ao descumprimento do prazo estabelecido legalmente para a entrega da Declaração do Imposto de Renda retido na Fonte - DIRF, bem como a suposta obrigação da Administração intimar o sujeito passivo a cumprir com sua obrigação acessória.

Ora, a antecipação do contribuinte em apresentar espontaneamente declaração de rendimentos, ou a DIRF s.m.j., está cumprindo apenas com o seu dever e não merece receber prêmio ou vantagem em função de tal atitude, daí a querer criar a obrigação da autoridade administrativa intimar o contribuinte omissو, só se justificaria se fosse para agravar a multa estabelecida.

Quanto a inteligência do art. 138 do CTN não pode levar o intérprete a concluir que o benefício nele contido passa a alcançar o próprio fato gerador, ou seja, a



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10850.000368/99-70  
Acórdão nº. : 104-17.928

mora na entrega das informações que é obrigado a fornecer à Receita Federal sobre rendimentos pagos a seus empregados ou a terceiros. O atraso na entrega da DIRF constitui fato gerador imediato e irreversível, transformando a penalidade aplicada em obrigação principal nos termos do artigo 193, § 3º do Código tributário Nacional.

Verbis:

"Art. 113 - A obrigação tributária é principal ou acessória.

3º - A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária."

Ressalta-se, que tal exigência fiscal, bem como, a exemplo de outras, tem como finalidade precípua, garantir ao Estado a eficiência na Administração dos tributos, ou seja, é o mecanismo de coerção que o fisco dispõe para o cumprimento da obrigação tributária pelo contribuinte omisso, claro está que, a espontaneidade não importa em conduta positiva do sujeito passivo, apenas cumpre uma obrigação que lhe é legalmente imposta.

Face ao exposto, oriento meu voto no sentido de negar provimento ao recurso interposto.

Brasília - DF, em 22 de março de 2000

A handwritten signature in black ink, appearing to read "MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE".

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE